

ECOTRACE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
ECOTRACE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.
Vinhedo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **Ecotrace Tecnologia da Informação S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da **Ecotrace Tecnologia da Informação S.A.** e suas controladas (Consolidado) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

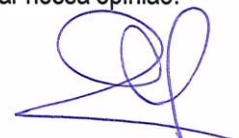
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Ecotrace Tecnologia da Informação S.A.**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Ecotrace Tecnologia da Informação S.A.**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos

Demonstrações Financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2022

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, com emissão de relatório sem ressalvas em 28 de abril de 2023.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

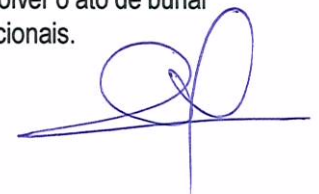
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo (SP), 28 de março de 2024.



ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP

ECOTRACE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A
Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro
(Valores em R\$)

Ativo	NOTA	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	533.184	935.853	1.184.029	951.333
Contas a receber de clientes	6	661.442	330.358	955.048	330.358
Estoques		21.251	3.500	47.436	3.500
Tributos a recuperar	7	404.542	212.874	405.256	212.874
Demais créditos		7.111	1.719	17.221	1.719
Total do Ativo Circulante		1.627.530	1.484.304	2.608.990	1.499.784
Ativo Não Circulante					
Impostos diferidos		-	3.112	-	3.112
Investimentos	8	332.811	10.370	-	-
Direito de uso	9	766.645	163.484	766.645	163.484
Imobilizado	10	100.011	141.981	159.623	141.981
Intangível	11	1.934.774	849.805	1.934.774	849.805
Total do Ativo Não Circulante		3.134.241	1.168.752	2.861.042	1.158.382
Total do Ativo		4.761.771	2.653.056	5.470.032	2.658.166
Passivo					
		Controladora		Consolidado	
	NOTA	2023	2022	2023	2022
Passivo Circulante					
Fornecedores	12	139.657	176.463	147.189	181.568
Empréstimos	13	654.142	24.213	654.142	24.213
Passivo de arrendamento	9	187.276	173.088	187.276	173.088
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14	426.077	412.573	426.077	412.573
Obrigações tributárias		52.984	46.576	52.984	46.581
Partes relacionadas	15	-	-	712.500	-
Demais obrigações	16	416.768	-	416.768	-
Total do Passivo Circulante		1.876.904	832.913	2.596.936	838.023
Passivo Não Circulante					
Empréstimos	13	437.221	-	437.221	-
Passivo de arrendamento	9	595.927	-	595.927	-
Obrigações tributárias		66.206	-	66.206	-
Demais obrigações		-	23.889	-	23.889
Perdas em investimentos	8	11.771	-	-	-
Total do Passivo Não Circulante		1.111.125	23.889	1.099.354	23.889
Patrimônio Líquido					
	18				
Capital social		7.074.098	7.074.098	7.074.098	7.074.098
Prejuízos acumulados		(5.300.356)	(5.277.844)	(5.300.356)	(5.277.844)
Total do Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas da controladora		1.773.742	1.796.254	1.773.742	1.796.254
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.761.771	2.653.056	5.470.032	2.658.166

"As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras".

ECOTRACE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A
Demonstração do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro
(Valores em R\$)

	NOTA	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	19	5.931.470	5.419.799	6.614.204	5.480.340
(-) Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	20	(3.386.285)	(3.633.818)	(3.446.267)	(3.662.178)
Lucro bruto		2.545.185	1.785.981	3.167.937	1.818.162
Despesas gerais e administrativas	20	(2.840.443)	(2.678.128)	(2.881.836)	(2.695.071)
Equivalência patrimonial	8	545.428	7.940	-	-
Outras receitas e despesas	20	171.366	(13.317)	160.042	(16.440)
Resultado antes do resultado financeiro		421.536	(897.524)	446.143	(893.349)
Receitas financeiras	21	1.382	93.971	1.743	93.971
Despesas financeiras	21	(445.423)	(92.225)	(453.990)	(94.638)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(22.505)	(895.778)	(6.104)	(894.016)
Imposto de renda e contribuição social	22	-	-	(16.401)	(1.762)
Prejuízo do exercício		(22.505)	(895.778)	(22.505)	(895.778)
Atribuível à:					
Acionistas controladores				(22.505)	(895.778)
Acionistas não controladores				-	-
Ações no encerramento do exercício		1.956.244	1.956.244		
Prejuízos por ação básico/diluído		(0,01)	(0,46)		

"As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras".

ECOTRACE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A**Demonstração do Resultado Abrangente dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro****(Valores em R\$)**

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	(22.505)	(895.778)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(22.505)	(895.778)

"As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras".

ECOTRACE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A

Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Encerrado em 31 de dezembro

(Valores em R\$)

Em R\$	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	Participação dos Acionistas Não Controladores	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.758.215	(4.382.066)	376.149	-	376.149
Prejuízo do exercício	-	(895.778)	(895.778)	-	(895.778)
Aumento de capital	2.315.883	-	2.315.883	-	2.315.883
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.074.098	(5.277.844)	1.796.254	-	1.796.254
Prejuízo do exercício	-	(22.505)	(22.505)	-	(22.505)
Ajustes de exercícios anteriores	-	(7)	(7)	-	(7)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.074.098	(5.300.356)	1.773.742	-	1.773.742

"As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras".

ECOTRACE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A
Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Encerrado em 31 de dezembro
(Valores em R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do exercício	(22.505)	(895.778)	(22.505)	(895.778)
<u>Ajustado por:</u>				
Depreciação e amortização	257.541	205.116	257.541	205.116
Baixa de IRPJ e CSLL diferidos	3.112	-	3.112	-
Juros sobre empréstimos	318.735	-	318.735	-
Equivalência patrimonial	(545.428)	(7.940)	-	-
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	11.455	(698.602)	556.883	(690.662)
Contas a receber de clientes	(331.084)	(192.180)	(624.690)	(192.180)
Estoques	(17.751)	1.777	(43.936)	1.777
Tributos a recuperar	(191.668)	(113.155)	(192.382)	(113.155)
Demais créditos	(5.392)	(319)	(15.502)	(319)
Despesas antecipadas	-	22.757	-	22.757
Aumento do Ativo	(545.895)	(281.120)	(876.510)	(281.120)
Fornecedores	(36.806)	24.933	(34.379)	30.038
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13.504	177.116	13.504	177.116
Obrigações tributárias	72.614	39.915	72.609	39.920
Adiantamentos de clientes	-	(598.004)	-	(598.004)
Demais obrigações	393.560	22.981	393.560	22.981
Aumento do Passivo	442.872	(333.059)	445.294	(327.949)
Juros pagos	(3.146)	-	(3.146)	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(94.714)	(1.312.781)	122.521	(1.299.731)
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Baixa (aquisição) de imobilizado	(3.396)	(64.122)	(63.008)	(64.122)
Aquisição de intangível	(1.099.452)	(74.511)	(1.099.452)	(74.511)
Aquisição de investimentos	(25.242)	(2.430)	-	-
Dividendos recebidos	260.000	-	-	-
Direito de uso	(801.541)	(22.222)	(801.541)	(22.222)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	(1.669.631)	(163.285)	(1.964.001)	(160.855)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de principal de empréstimos e financiamentos	751.561	(12.366)	751.561	(12.366)
Aumento de capital	-	2.315.883	-	2.315.883
Passivo de arrendamento	610.115	(134.814)	610.115	(134.814)
Partes relacionadas	-	-	712.500	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	1.361.676	2.168.703	2.074.176	2.168.703
DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(402.669)	692.637	232.696	708.117
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	935.853	243.216	951.333	243.216
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	533.184	935.853	1.184.029	951.333

"As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras".

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Valores em Reais)

Nota 1 - Informações Gerais

A Ecotrace Tecnologia da Informação S.A. (Companhia ou Controladora) é uma companhia de capital fechado, cujos atos constitutivos datados de 12 de dezembro de 2017 estão arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob NIRE 35.230.840.247. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 29.424.947/0001-01 e sediada no município de Vinhedo/SP à Rua Célia Polo Monteiro nº 250, sala 03, CEP 13.287-004.

A Companhia tem por objetivo social as seguintes atividades: a) desenvolvimento, licenciamento e consultoria de tecnologia de informação de programas de computador customizáveis ou por encomenda; b) suporte técnico, manutenção e reparação de computadores, equipamentos periféricos e outros serviços em tecnologia da informação; c) *web design*; d) comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática.

A Companhia recebeu aporte de investidores e possui plano de negócios para sua expansão com objetivo de reverter a situação de prejuízos em R\$ 22.505 e R\$ 895.778, respectivamente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 na Companhia e Consolidado bem como o Capital Circulante Líquido negativo na Companhia em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 249.374.

Controladas incluídas nas Demonstrações Financeiras

1.1 - Ecotrace Fabricação de Equipamentos de Informática Ltda (Ecotrace Ind)

Constituída em 13 de abril de 2022, a Ecotrace Ind é uma sociedade empresária limitada unipessoal, com objeto social de fabricação de máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos que operem *softwares* para preparação ou fabricação industrial de alimentos, fabricação de equipamentos de informática, comércio atacadista e varejista de equipamentos e suprimentos de informática, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não customizáveis, consultoria em tecnologia da informação e aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais que operem *softwares*.

1.2 - Ecotrace Halal Tecnologia Ltda (Ecotrace Halal)

Constituída em 25 de outubro de 2023, a Ecotrace Halal é uma sociedade empresarial limitada em conjunto com o Sr. Ali Hussein El Zoghbi com o objetivo social de desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, consultoria em tecnologia da informação, serviços de *web design*, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não customizáveis, suporte técnico, manutenção, outros serviços em tecnologia da informação, reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos, comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática e desenvolvimento de tecnologia de rastreabilidade para produtos com certificação Halal.

Nota 2 - Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de março de 2024.

2.2 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, as revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- *Impairment* do ativo imobilizado;
- Taxas de desconto do ajuste a valor presente do direito de uso e passivo de arrendamento;
- *Impairment* do ativo intangível;
- Provisão para contingências.

Nota 3 - Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas conforme a seguir:

Controlada	% Participação	
	2023	2022
Ecotrace Ind	100%	100%
Ecotrace Halal	100%	-

3.2 Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

b. Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

3.3 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencidos ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

Desreconhecimento (baixa) dos instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem;
- Transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repassa”; e (a) transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo;
- Quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença reconhecida na demonstração do resultado.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível a qualquer momento em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços e venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável.

Se o prazo de recebimento é equivalente à um ano ou menos, estão classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber e por estimativa de perdas esperadas conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros, e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

3.6 Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando necessário, por perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado.

b. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a empresa e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.7 Redução ao valor recuperável - impairment

a. Ativos financeiros não-derivativos

Os ativos financeiros são avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidência de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a empresa sob condições de que não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques e imobilizado são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8 Ativos intangíveis

a. Reconhecimento e Mensuração

- **Software**

A Companhia possui *software* desenvolvido internamente reconhecido como ativo intangível.

b. Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados e reconhecida no resultado do exercício.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10 Receita operacional de vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. A receita é reconhecida quando: (i) as partes aprovam o contrato, (ii) quando é possível identificar os direitos de cada parte em relação aos bens entregues ou serviços prestados; (iii) quando é possível identificar os termos de pagamento relacionados aos bens entregues ou serviços prestados; (iv) quando o contrato possuir substância comercial e (v) quando for provável que haverá o recebimento de contraprestação em troca dos produtos entregues ou serviços prestados.

3.11 Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos	Alíquota
ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 18%
PIS - Programa de Integração Social	0,65% a 1,65%
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	3% a 7,6%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

3.12 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas correspondem a:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Rendimentos oriundos de aplicações financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

3.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 mil por trimestre para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A controlada Ecotrace Ind realiza a apuração do IRPJ e CSLL através do lucro presumido, para isto, aplica 8% sobre o total de receitas do exercício e sobre este montante as alíquotas conforme legislação vigente.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Nota 4 - Instrumentos financeiros

Gerenciamento do risco financeiro

Visão geral

A Companhia e suas controladas gerenciam riscos financeiros a fim de minimizar a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de liquidez;
- c) Risco de mercado;
- d) Risco de taxa de juros;
- e) Risco de taxa de câmbio.

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes categorias de instrumentos financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos financeiros - custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	533.184	935.853	1.184.029	951.333
Clientes	661.442	330.358	955.048	330.358
Demais créditos	7.111	1.719	17.221	1.719
	1.201.737	1.267.930	2.156.298	1.283.410
Passivos financeiros - custo amortizado				
Fornecedores	139.657	176.463	147.189	181.568
Empréstimos e financiamentos	1.091.363	24.213	1.091.363	24.213
Passivo de arrendamento	783.203	173.088	783.203	173.088
Demais obrigações	416.768	23.889	416.768	-
	2.430.991	397.653	2.438.523	378.869

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente, dos recebíveis de clientes e em aplicações financeiras.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente além de fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A composição do saldo das contas a receber por idade de vencimento está demonstrada na nota explicativa nº 6

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas limitam suas exposições a riscos de crédito ao aplicar em renda fixa apenas em bancos de primeira linha. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que os investimentos são apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Os saldos em aplicações financeiras são com instituições com baixo risco de crédito, sendo o montante de R\$ 271.246 e R\$ 913.493 na Controladora e Consolidado respectivamente em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Exposição aos riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	533.184	935.853	1.184.029	951.333
Clientes	661.442	330.358	955.048	330.358
	1.194.626	1.266.211	2.139.077	1.281.691

b. Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e de suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Além disso, a Empresa mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia e suas controladas investem o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

c. Risco de mercado

Decorre da possibilidade do valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado.

d. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Administração busca diversificar a captação de recursos.

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes instrumentos de taxas variáveis:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Empréstimos e financiamentos	1.091.363	24.213	1.091.363	24.213
	<u>1.091.363</u>	<u>24.213</u>	<u>1.091.363</u>	<u>24.213</u>

e. Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD) e euro (EUR), utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A Companhia e suas controladas entendem que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

A exposição estava assim representada:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Clientes estrangeiros	-	-	293.606	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>293.606</u>	<u>-</u>

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do quotista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Não houve alterações na abordagem à administração de capital durante o ano bem como a Companhia e suas controladas não estão sujeitas à exigências externas de capital.

Nota 5 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Bancos conta movimento	261.838	22.360	912.683	37.840
Aplicações financeiras	271.346	913.493	271.346	913.493
	533.184	935.853	1.184.029	951.333

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Nota 6 - Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Clientes nacionais	661.442	330.358	661.442	330.358
Clientes estrangeiros	-	-	293.606	-
	661.442	330.358	955.048	330.358

As contas a receber de clientes nacionais e estrangeiros estão sumarizadas por vencimento conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer até 30 dias	197.613	330.358	197.613	330.358
A vencer de 31 a 60 dias	69.000	-	69.000	-
A vencer de 61 a 90 dias	69.000	-	69.000	-
A vencer acima de 90 dias	207.000	-	207.000	-
Total a vencer	542.613	330.358	542.613	330.358
Vencidas acima de 90 dias	118.829	-	412.435	-
Total vencidas	118.829	-	412.435	-
Saldo em clientes	661.442	330.358	955.048	330.358

Nota 7 - Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ e CSLL a recuperar	209.535	44.170	209.535	44.170
Impostos retidos a recuperar	190.789	165.366	190.789	165.366
Demais tributos a recuperar	4.218	3.338	4.932	3.338
	404.542	212.874	405.256	212.874

Nota 8 – Investimentos

(a) Composição:

	Participação	Controladora	
		2023	2022
Ecotrace Fabricação de Equipamentos e Informática Ltda	100%	332.811	10.370
Ecotrace Halal Tecnologia Ltda	100%	(11.771)	-
		321.040	10.370
Investimentos		332.811	10.370
Provisão para perda em investimentos		(11.771)	-
		321.040	10.370

(b) Movimentação dos saldos:

	Controladora	
	2023	2022
Saldo inicial	10.370	-
Novos investimentos	25.242	2.430
Distribuição de dividendos	(260.000)	-
Equivalência patrimonial	545.428	7.940
Saldo final	321.040	10.370

Nota 9 – Direito de uso e passivo de arrendamento

a) Movimentação do direito de uso:

	Direito de uso
Taxa de Amortização	33,33%
Custo	448.126
Amortização Acumulada	(149.375)
Saldo em 2021	298.751
Adições	22.222
Amortização	(157.489)
Custo	470.348
Amortização Acumulada	(306.864)
Saldo em 2022	163.484
Adições	801.541
Amortização	(198.380)
Custo	1.271.889
Amortização Acumulada	(505.244)
Saldo em 2023	766.645

b) Movimentação do passivo de arrendamento:

Saldo em 2021	149.105
Adições	23.983
Saldo em 2022	173.088
Adições	610.115
Saldo em 2023	783.203

Os valores contabilizados referem-se ao arrendamento da sede da Companhia localizado à Rua Célia Polo Monteiro, nº 250, salas 3, 5 e 22 – Vinhedo/SP.

Nota 10 – Imobilizado

A movimentação dos saldos está evidenciada a seguir:

	Controladora			Total
	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	
<i>Taxa de Depreciação</i>	20%	10%	10%	
Custo	158.960	1.285	2.945	163.190
Depreciação Acumulada	(43.038)	(76)	(98)	(43.212)
Saldo em 2021	115.922	1.209	2.847	119.978
Adições	64.122	-	-	64.122
Depreciação	(41.402)	(128)	(589)	(42.119)
Custo	223.082	1.285	2.945	227.312
Depreciação Acumulada	(84.440)	(204)	(687)	(85.331)
Saldo em 2022	138.642	1.081	2.258	141.981
Adições	5.654	-	-	5.654
Baixas	-	-	(2.945)	(2.945)
Depreciação	(45.238)	(128)	-	(45.366)
Baixas da Depreciação	-	-	687	687
Custo	228.736	1.285	-	230.021
Depreciação Acumulada	(129.678)	(332)	-	(130.010)
Saldo em 2023	99.058	953	-	100.011

	Consolidado			Total
	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	
<i>Taxa de Depreciação</i>	20%	10%	10%	
Custo	158.960	1.285	2.945	163.190
Depreciação Acumulada	(43.038)	(76)	(98)	(43.212)
Saldo em 2021	115.922	1.209	2.847	119.978
Adições	64.122	-	-	64.122
Depreciação	(41.402)	(128)	(589)	(42.119)
Custo	223.082	1.285	2.945	227.312
Depreciação Acumulada	(84.440)	(204)	(687)	(85.331)
Saldo em 2022	138.642	1.081	2.258	141.981
Adições	65.266	-	-	65.266
Baixas	-	-	(2.945)	(2.945)
Depreciação	(45.238)	(128)	-	(45.366)
Baixas da Depreciação	-	-	687	687
Custo	288.348	1.285	-	289.633
Depreciação Acumulada	(129.678)	(332)	-	(130.010)
Saldo em 2023	158.670	953	-	159.623

Nota 11 – Intangível

A movimentação dos saldos está evidenciada a seguir:

	Software Tracebeef
Taxa de Amortização	20%
Custo	920.811
Amortização Acumulada	(116.123)
Saldo em 2021	804.688
Adições	74.511
Amortização	(29.394)
Custo	995.322
Amortização Acumulada	(145.517)
Saldo em 2022	849.805
Adições	1.099.452
Amortização	(14.483)
Custo	2.094.774
Amortização Acumulada	(160.000)
Saldo em 2023	1.934.774

O intangível registrado refere-se à plataforma Tracebeef desenvolvida pelos sócios da Companhia, esta plataforma atua na rastreabilidade e inteligência artificial das cadeias de carne bovina, de frango e algodão.

Nota 12 – Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores nacionais	139.657	176.463	147.189	181.568
	139.657	176.463	147.189	181.568

Nota 13 – Empréstimos

Modalidade	Moeda	Encargos	Controladora e Consolidado	
			2023	2022
Capital de giro - Banco Itaú S.A.	Real	1,6% a.m.	612.110	-
Capital de giro - Banco Money Plus SCMEPP Ltda	Real	CDI + 2,43% a.m.	479.253	-
Demais empréstimos	Real	3,55% a.m.	-	24.213
			1.091.363	24.213
Circulante			654.142	24.213
Não circulante			437.221	-
			1.091.363	24.213

A movimentação dos saldos está evidenciada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	60.465
Amortizações	(36.252)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.213
Ingressos	1.080.356
Amortizações	(328.795)
Juros	318.735
Juros pagos	(3.146)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.091.363

Não há cláusulas restritivas que requeiram determinadas performances da Companhia e de suas controladas.

Nota 14 – Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Salários e encargos	162.847	174.051
Provisão de férias e encargos	256.177	227.610
Demais obrigações trabalhistas	7.053	10.912
	426.077	412.573

Nota 15 – Partes relacionadas

A controlada Ecotrace Halal possui contrato de mútuo no valor de R\$ 712.500 junto ao Sr. Ali Hussein El Zoghbi, sendo este conversível em quotas da Ecotrace Halal em até 5 anos após sua assinatura em 05 de outubro de 2023. O contrato ainda prevê o investimento total de R\$ 3.800.000,00 e não prevê a cobrança de juros.

Nota 16 – Demais obrigações

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
JBS S/A (a)	414.000	-
Adiantamentos de clientes	2.768	-
	416.768	-

(a) Valores correspondentes à contrato de prestação de serviços de manutenção, desenvolvimento e suporte firmado em julho de 2023 com vigência até julho de 2024.

Nota 17 – Contingências

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui somente um processo cível conforme a seguir: trata-se do processo 1000959-47.2020.8.11.0041, tendo como parte adversa o Instituto Mato-Grossense da Carne - IMAC. Trata-se de ação cominatória cumulada com pedido indenizatório por danos materiais e morais, bem como de tutela antecipada de urgência visando a abstenção da comercialização e exploração da Plataforma "Trace Beef" desenvolvida pela Companhia. A empresa Lockup System Ltda, de propriedade de um dos sócios da Companhia, foi contratada pela Associação dos Criadores do Mato Grosso (ACRIMAT) para o desenvolvimento de um *software* que tinha como finalidade o gerenciamento do processo de produção de carne.

O IMAC alega que a ACRIMAT cedeu a ele toda a propriedade intelectual relativa ao *software*, sendo que, posteriormente, o próprio IMAC veio a contratar diretamente os serviços da empresa Lockup System Ltda para a prestação de um outro serviço, qual seja o de implantação, reconfiguração e atualização do seu sistema de pesagem de bovinos.

O IMAC ainda alega que, em razão das relações mantidas com a empresa Lockup System Ltda, o sócio da Companhia fez uso de informações confidenciais para criação e exploração econômica da plataforma em questão, incorrendo em suposta prática de concorrência desleal.

Em 14 de dezembro de 2022 a ação foi julgada improcedente e, em 26 de janeiro de 2024 foi transitada em julgado com desfecho favorável à Companhia.

Nota 18 - Patrimônio líquido

(a) Capital social

A Companhia possui o capital social no montante de R\$ 7.074.098 (sete milhões, setenta e quatro mil e noventa e oito reais), totalmente integralizado, representado por 1.956.244 ações.

(b) Distribuição de lucros

As distribuições de lucros aos acionistas ocorrem de acordo com os requerimentos da Lei 6.404.1976 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007.

Nota 19 - Receita operacional líquida

A receita está concentrada substancialmente no território brasileiro e é reconhecida quando a Companhia e suas controladas transferem o controle sobre o produto ou prestam o serviço ao cliente. As receitas estão detalhadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prestação de serviços - mercado interno	6.147.757	6.088.745	6.147.757	6.088.745
Prestação de serviços - mercado externo	499.700	-	499.700	-
Venda de mercadorias - mercado interno	-	-	141.922	77.270
Venda de mercadorias - mercado externo	-	-	577.425	-
Receita bruta	6.647.457	6.088.745	7.366.804	6.166.015
Impostos sobre vendas	(699.486)	(668.146)	(714.829)	(684.875)
Cancelamentos de serviços	(16.501)	(800)	(16.501)	(800)
Devoluções de vendas	-	-	(21.270)	-
Deduções da receita	(715.987)	(668.946)	(752.600)	(685.675)
Receita operacional líquida	5.931.470	5.419.799	6.614.204	5.480.340

Nota 20 – Despesas por natureza

	Controladora		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Gastos com pessoal	(3.400.782)	(3.287.345)	(3.400.782)	(3.287.345)
Alugueis e condomínios	(90.958)	(70.143)	(90.958)	(70.143)
Serviços de terceiros	(2.010.583)	(2.004.643)	(2.034.508)	(2.018.368)
Licenças de softwares	(230.302)	(304.951)	(239.026)	(307.951)
Depreciação e amortização	(257.541)	(205.116)	(257.541)	(205.116)
Demais custos e despesas operacionais	(65.196)	(453.065)	(145.246)	(484.766)
	(6.055.362)	(6.325.263)	(6.168.061)	(6.373.689)
Classificadas como:	2023	2022	2023	2022
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(3.386.285)	(3.633.818)	(3.446.267)	(3.662.178)
Despesas gerais e administrativas	(2.840.443)	(2.678.128)	(2.881.836)	(2.695.071)
Outras receitas e despesas operacionais	171.366	(13.317)	160.042	(16.440)
	(6.055.362)	(6.325.263)	(6.168.061)	(6.373.689)

Nota 21 – Resultado financeiro

	Controladora		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras	1.194	93.033	1.497	93.033
Demais receitas financeiras	188	938	246	938
Receitas financeiras	1.382	93.971	1.743	93.971
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(341.120)	(16.099)	(341.120)	(16.099)
IOF	(29.432)	(16.027)	(29.432)	(16.028)
Despesas bancárias	(29.529)	(12.709)	(34.890)	(15.117)
Multas	(16.706)	(4.236)	(16.706)	(4.236)
Demais despesas financeiras	(28.636)	(43.154)	(31.842)	(43.158)
Despesas financeiras	(445.423)	(92.225)	(453.990)	(94.638)
Resultado financeiro líquido	(444.041)	1.746	(452.247)	(667)

Nota 22 – Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2023	2022
Prestação de serviços	719.347	77.270
Percentual de presunção	8%	8%
(=) Base de cálculo IRPJ e CSLL	57.548	6.182
IRPJ	9.495	1.020
CSLL	6.906	742
Despesa com IRPJ e CSLL	16.401	1.762

Nota 23 - Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar seguros que consideram necessários para a operação, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Nota 24 – Eventos subsequentes

Conforme nota explicativa 17, a Companhia obteve êxito em seu único processo de natureza cível em 24 de janeiro de 2024, não havendo a necessidade de desembolsos para liquidar eventuais contingências.

Em 07 de fevereiro de 2024 a Administração da Companhia decidiu pelo desdobramento de suas ações de 1 para 3, desta forma, o capital de 1.956.244 ações passa a ser de 5.868.732, das quais 3.508.701 referem-se à ações ordinárias e 2.360.031 referem-se à ações preferenciais.